

TEREZINHA APARECIDA LANZARINI

PROJETOS DE CONTRATURNO NA ESCOLA: UMA IDEIA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL

Trabalho apresentado como requisito final para a obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Professora Doutora Edina Mayer Vergara.

MATINHOS

2013

PROJETOS DE CONTRATURNO NA ESCOLA: UMA IDEIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

VERGARA, Édina Mayer¹ - UFPR – Setor Litoral

LANZARINI, Terezinha Aparecida²- UFPR – Setor Litoral

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal analisar os limites e as potencialidades das políticas de Educação do Campo e de Educação Integral vivenciadas no projeto de contraturno do Colégio Estadual do Campo Maralúcia, no Município de Medianeira, PR a fim de fortalecer a implementação dos direitos que defendem. Para tanto, pretende inicialmente analisar as concepções e a política pública nacional e estadual da Educação do Campo e sua relação com as concepções e política de Educação Integral. Além disto o estudo busca discutir as condições de implementação da Educação Integral nas escolas do campo do PR e entender os reflexos dos princípios destas políticas nas vivências de contraturno do citado Colégio. A metodologia utilizada foi basicamente um relato da experiência derivada da imersão docente no espaço pesquisado, permitindo novas reflexões a partir da pesquisa bibliográfica em livros, revistas, periódicos e sites. Os resultados indicam que Educação Integral é de frágil cumprimento no processo educacional brasileiro e que a existência recente deste Programa de contraturno no Estado do Paraná e na Escola em tela é um modo de minorar a violação ao direito da Educação Integral. É executado na Escola sob precárias condições, os investimentos ainda são minoritários e apesar da adesão dos estudantes, em especial àquelas vinculadas aos esportes, o que sugere que os mesmos correspondem à possibilidade de serem mais e mais pertencentes à processos educativos não vinculados estritamente à cognição.

PALAVRAS CHAVES: Educação Integral, Educação do Campo, Projetos de contraturno, Direitos dos Estudantes.

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral. E-mail: edina1308@gmail.com

² Aluna do Curso de Especialização do Curso de Pós Graduação em Educação do Campo- Universidade Federal do Paraná (UFPR)– Setor Litoral. E-mail: terelanzarini2009@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo abordar a importância dos projetos de contraturno desenvolvidos no Colégio Estadual do Campo Maralúcia de Ensino Fundamental e Médio, no município de Medianeira, projetos estes implantados para a ampliação da jornada Escolar dos alunos.

Nesta intenção pretendemos analisar os limites e as potencialidades vivenciadas nos projetos de contraturno do Colégio Estadual do Campo Maralúcia a fim de fortalecer a implementação dos mesmos, como uma forma preliminar de acessar os direitos à Educação Integral.

Para tanto, apresentamos inicialmente algumas concepções sobre Educação Integral e a política pública nacional e estadual da Educação do Campo e sua relação com as concepções e política de Educação Integral.

Além disto, o estudo busca mapear as condições de implementação da Educação Integral nas escolas do campo de PR e entender os reflexos dos princípios destas políticas nas vivências de contraturno do citado Colégio.

A questão das dificuldades e fragilidades serão abordadas no decorrer do presente trabalho, buscando entender as diferenças que resultam, pois temos alunos que permanecem em período integral na Escola participando de projetos de contraturno, mas faltam os recursos humanos suprir tais necessidades e conseqüentemente causando transtornos em torno da comunidade Escolar.

Os anseios da comunidade Escolar são muitos, no entanto, nem sempre se consegue os resultados esperados, apesar do empenho de todos. Então questionamos se os projetos de contraturno são um modo de iniciarmos o cumprimento dos direitos dos estudantes à Educação Integral.

1 OLHARES SOBRE AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PROPOSTA ESTADUAL DE CONTRATURNO ESCOLAR

A Educação Integral tem como objetivo também proteger os estudantes, proporcionando condições para que o aluno cresça e seja um cidadão de bem e preparado para o mercado de trabalho, bem como reduzir as diferenças sejam elas culturais ou de aprendizagem. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205, CF).

A educação de tempo integral será significativa quando abranger todas as Escolas e que estas estejam em condições tanto físicas quanto pedagógicas para receber o educando, pois quando colocada em prática sem as condições necessárias, não garante as condições adequadas para que aconteça o programa de forma significativa, gerando sobrecarga de trabalho para os diversos segmentos da Escola como é o caso de nossa Escola, pois ainda somos Escolas com horários determinados e vivemos essa cultura por muitos anos, agora que as políticas públicas estão falando muito na inserção da Educação Integral seja ela como ampliação de jornada, ou Educação Integral propriamente dita e diante das fragilidades encontrada ao longo do tempo.

1.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR DIFERENCIADO PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Educação do Campo foi uma conquista para todos os povos que fazem parte deste grupo: quilombolas, ribeirinhos, arrendatários, agricultura familiar, os ilhéus, assentados, os bóias-frias. Foi de grande valia, pois até a luta a conhecida educação rural que grande parte dos nossos avós passaram era considerada arcaica e muito onerosa para os governantes, quando se passou a concessão para os municípios o que se tornou mais fácil para eles foi o fechamento das Escolas situadas no meio rural, levando todos os sujeitos para os centros urbanos, deixando a cultura e o meio em que viviam, a não significação dos sujeitos como todo. [...] o povo tem o DIREITO de ser educado no lugar onde vive, o povo tem DIREITO a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2009, p. 26).

O nosso Colégio, considerado do campo atende, conforme seu Projeto Político Pedagógico - PPP (2013) neste ano de 2014 a 223 alunos, enquanto área de abrangência consegue atingir todos os alunos em idade Escolar. O Colégio atende alunos de comunidades

vizinhas, centralizando-os no Colégio Estadual do Campo Maralúcia, sendo que estes necessitam em sua maioria de transporte Escolar. A maior parte desses alunos são filhos de agricultores, proprietários, arrendatários, bóias frias e diaristas. .A maior parte de nossos alunos, cerca de noventa e cinco por cento, são provenientes da zona rural, pertencentes às diferentes classes sociais. A comunidade Escolar é participativa e integrada às ações da Escola.

A proposta pedagógica do Estabelecimento de Ensino prioriza a valorização do aluno através de novas e significativas oportunidades educacionais, possibilitando a expansão profissional, pessoal e cultural, sendo concebida para atender ao mesmo tempo, ao interesse social e do indivíduo do campo. É da combinação desses interesses que emergem nossos princípios fundamentais e são esses que norteiam a elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas aqui realizadas e a relação do Colégio com a comunidade e com o mundo.

Neste contexto tem clareza dos recursos a serem utilizados para solucionar os problemas que vão surgindo, busca soluções e intervêm nos problemas e dificuldades de aprendizagem, criando situações novas para que o aluno assimile os conteúdos.

Acredita-se que a escola deve formar cidadãos capazes de conquistarem o mercado de trabalho pela sua capacidade técnica, mas também de saber interagir com seu semelhante, no trabalho, na família, na instituição de ensino e nos demais contextos, pois o ser humano só poderá ser considerado pleno quando for capaz de resgatar e valorizar o respeito, a honestidade, a compreensão, a força de vontade e a solidariedade.

A crescente valorização do conhecimento e da capacidade de inovar demanda cidadãos capazes de aprender continuamente. Com essa compreensão, o aprendizado deve contribuir não só para o conhecimento técnico, mas para uma cultura mais ampla e para uma formação pessoal.

Algumas dificuldades são encontradas ainda em nossas Escolas do campo especialmente, na formação dos docentes que atuam nas mesmas nem todos possuem o conhecimento das especificidades das Escolas do campo para uma abordagem pedagógica diferenciada, e também a rotatividade de profissionais, e ainda a existência do currículo extremamente urbano, as orientações são para que os professores construam seu trabalho de

maneira diferenciado mais ainda constatamos que eles fazem tudo igual as Escolas do centro da cidade.

Apesar das dificuldades apresentadas na questão dos docentes um ponto positivo, é o fato de nossa escola ser pequena com um número de alunos reduzido facilitando assim uma proposta de trabalho interdisciplinar.

No momento é necessário repensarmos a questão do conhecimento pedagógico relacionado à prática educativa, de forma a não fragmentarmos mais o mesmo. A ligação existente entre o conhecimento pedagógico com a prática educacional está relacionada com a interdisciplinaridade, uma vez que a função do conhecimento é intencionalizar a prática. É na ação que se determina a essência dos homens e pela prática que se escreve a sua história, “o professor interdisciplinar traz em si um gosto especial por conhecer e pesquisar possui um grau de comprometimento diferenciado para com os seus alunos, ousa novas técnicas e procedimentos de ensino, porém, antes, de analisa-os e dosa-os convenientemente. (FAZENDA 2003, p.31)

A interdisciplinaridade na educação é uma ferramenta que busca desenvolver o conhecimento e a pesquisa, de forma que esse saber possa ser empregado na sociedade, atuando direto ou indiretamente nos problemas e na construção de um mundo melhor.

1.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DO PARANÁ

3.2.1 Programas e Projetos

- Programas de Atividade Complementar Curricular de contraturno nas Escolas um começo da Educação Integral falida.

3.2.1 Programas e Projetos - Programas de Atividade Complementar Curricular de contraturno nas Escolas um começo da Educação Integral falida.

O Governo do Estado do Paraná quer tornar realidade o projeto de Educação Integral, idealizado no momento com projetos de contraturno nas Escolas públicas esse programa foi regulamentado na Resolução n. 1.690/2011 e na Instrução n. 007/2012- SEED/SUED conforme anexo I do artigo.

Os projetos mencionados devem ser contemplados no Projeto Político Pedagógico das Escolas e segundo o governo e os estudos realizados o programa quer que a criança inserida

se torne um sujeito melhor e com maior conhecimento para inserção na sociedade ou no mercado de trabalho, as atividades são divididas em macrocampos, as mesmas destinam-se a crianças que se encontram em vulnerabilidade social.

No entanto percebe-se que não é colocado na prática o que diz a Resolução, pois a ampliação de jornada permanece em algumas escolas mais pelo empenho da comunidade escolar, devido a participação ativa. Quanto a utilização dos espaços próximos a escola, num primeiro momento pode-se dizer que é viável mas fazendo uma leitura nas entrelinhas chega-se a conclusão que os mantenedores estão deixando de prover, pois não fazem as adequações necessárias para o desenvolvimento das atividades propostas.

Neste ano de 2014 a diretora, juntamente com um funcionário do administrativo, pintaram as salas de aula, e no primeiro dia de trabalho a mesma com a secretária fizeram a limpeza dos espaços de funcionamento dos projetos para que os professores e alunos pudessem trabalhar com o mínimo de condições.

Ana Maria Cavaliere (2009) faz uma reflexão a respeito disso no que se refere ao Estado deixar de cumprir com suas obrigações como mantenedor da Educação e passar de alguma maneira a comunidade Escolar de pertencimento.

A participação comunitária ideia cara ao pensamento educacional democrático, foi mobilizada, de maneira desvirtuada, como substituição aos investimentos do Estado, que deveriam ser reduzidos ao mínimo, dada a sua comprovada incapacidade de responder as demandas da sociedade. Essa tendência, de feição neoliberal, levaria a criação de inúmeros projetos na área educacional em parceria com órgãos públicos e organizações não - governamentais ou de iniciativa destas ultimas, e com a participação de instituições filantrópicas e de voluntariado. (2009, p. 59)

A participação da comunidade, fundamental para que aconteça a interação, no entanto, os governantes estão deixando de cumprir suas funções enquanto provedores da educação deliberando para outras instâncias filantrópicas para que assumam o papel que cabe a eles.

Deste modo, a seguir o estudo busca problematizar as condições de implementação da Educação Integral nas escolas do campo de PR e entender os reflexos dos princípios destas políticas nas vivências de contraturno do citado Colégio.

2 EXPERIÊNCIAS COM OS PROJETOS DE CONTRATURNO NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO MARALÚCIA - MEDIANEIRA - PR

A comunidade no entorno da Escola é muito participativa e luta pelos seus direitos, pois o Colégio Estadual do Campo Maralúcia bem como a Escola Municipal do Campo São Luiz (O Colégio Estadual do Campo Maralúcia funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal do campo São Luiz) só existem porque eles se uniram e buscaram seus direitos, fizeram o enfretamento necessário para que seus direitos fossem respeitados, pois com o fechamento de todas as Escolas rurais das comunidades vizinhas, eles se uniram para que a Escola Municipal São Luiz não fosse fechada.

Inicialmente chamaram as autoridades para a comunidade e colocaram seus anseios, conseguiram manter a única Escola rural em funcionamento, com atendimento a principio até a 4ª Série, atual 5º Ano, fizeram uma nova solicitação da comunidade para o atendimento desses alunos oriundos da Escola Municipal para atendimento 5ª Série ate a 8ª Série, novamente solicitação atendida, no ano 2007 houve a estadualização do Estabelecimento de Ensino, ate hoje há o funcionamento com a Escola Municipal São Luiz. Na luta pela permanência desses sujeitos próximos as suas origens, garantem a educação dos seus filhos e outros que terão acesso.

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. (SEED, 2010, p.24) falam desses sujeitos, que temos que levar em conta as peculiaridades, respeitando sua cultura e seu modo de viver.

O que caracteriza os povos do campo e o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra , a organização das atividades produtivas, mediante mão de obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vinculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico.

Com a expressiva participação da comunidade Escolar o Colégio executa diferentes projetos de contraturno na Escola tendo para os mesmos a adesão da quase totalidade de alunos que freqüentam a modalidade regular de ensino, esta adesão deve-se em grande parte pela falta de opções de atividades para os alunos em casa como é zona rural a Escola torna-se o meio maior de socialização entre os alunos.

Os projetos realizados atualmente são: Atletismo e teatro projetos estes aprovados pela SEED e aprovados pela comunidade Escolar, CELEM, Handebol, aulas de coral, gaita e violão parcerias com a prefeitura municipal de Medianeira.

Atletismo:

Projeto para os alunos do Ensino Fundamental há uma participação efetiva dos alunos, estes tem no esporte uma atividade diferenciado, pois participam em suas residências das atividades agrícolas junto com seus familiares, com essa atividade em ficam na Escola o dia todo, e alguns alunos já tiveram participação expressiva nos jogos Escolares e duas de nossa alunas com os resultados obtidos participam do programa federal TOP FORMADOR recebendo uma bolsa auxilio para seu treinamento. Oportunidade que se não houvesse esse projeto na Escola as mesmas não teriam a oportunidade de participar, bem como os demais alunos com participações nos jogos. Escolares, oportunidade essa que só veio por meio da participação do projeto. Os alunos dessa oficina não faltam e não há desistência, em nossa Escola observamos que tudo que e proposto os alunos do Ensino Fundamental participam e a família acompanha ativamente.

A proposta continua para o ano de 2014, com a participação dos educando dos anos anteriores e mais alguns matriculados que iniciaram este ano no Estabelecimento de Ensino.

Teatro

O projeto foi apresentado pela professora de Língua Portuguesa, onde há o correlação entre leitura e teatro, meio pela qual a professora faz a interação para os educando leiam para depois articular as pecas teatrais, alunos que muitas vezes não participavam das atividades no ensino regular demonstram ser ótimos artistas e melhorando muito na sua socialização.

Handebol

Atividade desenvolvida em parceria com a prefeitura municipal de Medianeira, participação efetiva dos alunos, não havendo necessidade de chamamento para essa participação há interesse voluntário dos alunos para essa atividade.

Gaita e violão

Desenvolvida também em parceria com a prefeitura municipal de Medianeira com participação efetiva dos educandos e alunos antes tímidos e que não participavam das atividades do cotidiano se superaram com essa oficina.

CELEM

Proposta pedagógica para o ensino de uma língua estrangeira no contraturno a comunidade Escolar aprovou o ensino do Espanhol pois temos na matriz curricular o Inglês, os alunos vão com expectativa e no decorrer do curso eles começam a querer desistir, mas a equipe pedagógica junto com a direção e os pais incentivam para que eles terminem os dois anos do curso para receber a certificação, pode matricular-se nesse curso pessoas que sejam da comunidade, no entanto observou-se que eles só fizeram o primeiro ano, não concluindo o curso.

Houve uma participação expressiva de alunos nessa oficina.

A prática pedagógica desses projetos para que eles se efetivem e que tenham bons resultados demandam de dedicação de todos os envolvidos, sejam professores, pedagogos, direção, pais, funcionários, fala-se desta forma, baseando –se na realidade de nossa Escola onde há os alunos saem de casa muito cedo e retornam somente no final do dia, os alunos que ficam para os projetos permanecem na Escola para almoçar para que no período da tarde eles participem das atividades de contraturno.

Considerar os projetos de contraturno como Educação Integral sem o apoio técnico e pedagógico é como jogar a semente na terra e sair e só voltar para fazer a colheita, o produto plantado vai ser de má qualidade ou ate perdido, quando bem acompanhado os resultados são significativos e positivos para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com o objetivo problematizar os limites e as potencialidades das políticas de Educação do Campo e de Educação Integral vivenciadas no projeto de contraturno do Colégio Estadual do Campo Maralúcia a fim de fortalecer a implementação dos direitos que defendem.

A Educação Integral já esta fazendo parte do processo educacional brasileiro em todos os Estados. A percepção que temos, após leitura e pesquisa é de que a existência deste programa esta mais arraigada como obrigatoriedade para cumprir um protocolo, os

investimentos ainda são minoritários como tudo em relação a educação e só o tempo e com as análises de resultados poderemos chegar a uma conclusão a respeito da proposta apresentada, mesmo que haja muitas divergências ainda diante da proposta dos governantes maneira pela qual eles querem que aconteça a Educação Integral.

Quanto aos projetos de contraturno em nosso Estabelecimento de Ensino, mesmo diante das dificuldades encontradas, existem bons resultados no que se refere as atividades esportivas, pois não há cobrança a respeito de notas e sim apenas frequência isso se confirma quando comparamos com o projeto do CELEM em que existem avaliações para que os educandos progridam para a 2ª fase, por isso eles começam a negar-se em vir às aulas, o que não acontece com os demais projetos.

Os resultados positivos existem sim, observam-se mudanças significativas de comportamento, aprendizagem e socialização dos participantes, mas isto deve-se mais ao empenho da comunidade Escolar, que agora por exemplo se uniu para arrecadar fundos e construir a pista de atletismo para as aulas deste projeto, pois todos se envolvem para que aconteça de maneira significativa, do que pelo investimento do governo no tocante a dar a infra estrutura física e pedagógica para tais programas.

Assim, este estudo permite entender que os projetos de contraturno em nosso Estabelecimento de Ensino, mesmo diante das dificuldades encontradas surtem melhores resultados no que se refere às atividades esportivas que estimulam mais os alunos porque além de não terem um apelo de aprendizagem e avaliação cognitiva tradicionais, trazem aos mesmos um sentimento de pertencimento ao ambiente educacional, bem como fortalecer os vínculos entre os sujeitos escolares e o gosto pelo esporte.

REFERENCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção.

SEED, Secretaria de Estado da Educação. **Diretriz curricular da rede pública de educação básica do estado do Paraná**- Educação do Campo. Curitiba, 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=210>

PPP Colégio Estadual do Campo Maralúcia, 2013. Medianeira – PR

FAZENDA, Ivani C.Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 11ª Ed., São Paulo, 2003.

ANEXO I: RESOLUÇÃO N. 1.690/2011 E NA INSTRUÇÃO N. 007/2012- SEED/SUED

Resolução 1690 - 27 de Abril de 2011

Publicado no [Diário Oficial nº. 8472](#) de 24 de Maio de 2011

Súmula: Institui a partir de 2011, em caráter permanente, o Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno na Educação Básica na Rede Estadual de Ensino.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando:

os desígnios constitucionais;

a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial o art. 34;

a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana;

as Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;

a Resolução CNE/CEB n.º 003/1999, que fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas indígenas;

as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1.o Instituir a partir de 2011, em caráter permanente, o Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno na Educação Básica na Rede Estadual de Ensino.

§ 1.o O Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno visa a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas realizadas na Escola ou no território em que está situada, em contraturno, a fim de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos.

§ 2.o As atividades complementares curriculares ofertadas em contraturno devem estar vinculadas ao Projeto Político-Pedagógico da Escola, respondendo às demandas educacionais e aos anseios da comunidade.

§ 3.o O Programa compreende os seguintes macrocampos:

- a) Aprofundamento da Aprendizagem.
- b) Experimentação e Iniciação Científica.
- c) Cultura e Arte.
- d) Esporte e Lazer.
- e) Tecnologias da Informação, da Comunicação e uso de Mídias..
- f) Meio Ambiente.
- g) Direitos Humanos.
- h) Promoção da Saúde.

i) Mundo do trabalho e geração de rendas.

Art. 2.o Determinar a expansão do tempo Escolar para os alunos da Educação Básica da Rede Pública Estadual de Ensino em direção à progressiva implementação da educação em tempo integral.

Art. 3.o Regulamentar as Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, mediante Instrução Normativa da Superintendência da Educação.

Art. 4.o Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência da Educação.

Art. 5.o Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução 3683/2008 - SEED.

Curitiba, 27 de abril de 2011.

Flávio

Secretário de Estado da Educação

Arns

Republicada por ter saído com incorreção.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=210> Parte inferior do formulário